

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.348.721 - SP  
(2018/0212347-7)**

**RELATOR** : MINISTRO MARCO BUZZI  
**AGRAVANTE** : PAULO SUARDI LEITE JUNIOR  
**ADVOGADO** : JOÃO HENRIQUE JERONIMO DA SILVEIRA - SP331040  
**AGRAVADO** : TERCAPI PAVIMENTACAO E COMERCIO LTDA  
**ADVOGADO** : WILSON GOMES - SP163960

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO EM RAZÃO DA INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL - IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR.

1. A jurisprudência desta Corte Superior entende que a interposição de agravo interno/regimental contra julgado colegiado constitui erro grosseiro, incapaz de ensejar a interrupção do prazo recursal. **1.1.** *In casu*, foi reconhecida a intempestividade do recurso especial, visto que o acórdão passível de impugnação pela via especial, qual seja, o que não acolheu os aclaratórios opostos em face do aresto que negou provimento ao apelo, fora publicado em 22/11/2017 e o recurso, interposto somente em 31/01/2018.

2. Revela-se defesa a oposição simultânea de dois recursos contra o mesmo ato judicial, ante o princípio da unirrecorribilidade e a ocorrência da preclusão consumativa, o que demanda o não conhecimento da segunda insurgência.

3. **Primeiro** agravo interno desprovido. **Segundo** agravo interno não conhecido por violação ao princípio da unirrecorribilidade recursal e ocorrência da preclusão consumativa.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao primeiro agravo interno e não conhecer o segundo agravo interno por violação ao princípio da unirrecorribilidade recursal e ocorrência da preclusão consumativa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

